

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ABC: UM ENSAIO SOBRE O IMAGINÁRIO FASCISTA DO IMIGRANTE ITALIANO

Priscila Ferreira Perazzo

Doutora em História Social e Professora do Programa de Mestrado em Administração do IMES.
Responsável pelo Projeto *Memórias do ABC*.

Maria Aparecida de Carvalho

Socióloga da Coordenadoria de Indicadores Socioeconômicos da Prefeitura Municipal de Santo André.
Pós-Graduanda do Programa de Mestrado em Administração do IMES.

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo apresentar a possibilidade de estudos acerca da representação do fascismo no imaginário dos italianos e seus descendentes, na primeira metade do século XX, na região do Grande ABC, no intuito de resgatar um tema da história local relegado ao esquecimento e silenciado por seus agentes históricos, a fim de contribuir para a constituição do patrimônio cultural da região na dimensão de suas mentalidades, imaginário, cotidiano e representações políticas.

Palavras-chave: região do Grande ABC, patrimônio cultural, representação política.

ABSTRACT

The objective of this essay is to present the possibility of studies concerning the performance of fascism in the imaginary of the Italian people and its descendants, in the first half of the XX Century, in the Great ABC region, with the purpose of reiving a theme from the local history relegated to the forgetfulness and silenced by its historical agents, in order to contribute for the constitution of the cultural heritage of the region in the scope of its mentalities, imaginary, daily and political representations.

Keywords: Great ABC region, cultural patrimony, political representation.

Atualmente, encontramos no Grande ABC diversos núcleos de desenvolvimento do pensamento regional, preocupados em entender a região na dimensão imposta pelos atuais processos de globalização. As preocupações dos pesquisadores regionais têm se voltado para diversos sentidos que não apenas o da reflexão sobre a identidade industrial que representou a região durante a segunda metade do século XX, mas também promover estudos sobre os novos mecanismos que articulam a “revitalização das estruturas econômica e social da região” (Klink, 2001, p. 11). Nesse sentido, trabalhos multidisciplinares vêm se desenvolvendo a fim de apresentar diferentes faces do poliedro da regionalidade. Uma dessas faces são os estudos sobre a história regional que colocam a memória, o imaginário e o cotidiano das cidades do ABC na pauta das reflexões.

Em busca do patrimônio cultural regional, do resgate da história cotidiana das cidades e de seus moradores e do registro da memória coletiva que permite a identidade dos diferentes grupos sociais, pretendemos aqui anunciar um tema dessa história relegado ao esquecimento, silenciado pelos agentes históricos e removido da história oficial, e mesmo extra-oficial, dessas cidades. Trata-se aqui apenas de um ensaio sobre a representação do fascismo como ideologia política no imaginário dos italianos e descendentes que aqui moraram na primeira metade do século XX, em uma proposta de inserir esse imaginário na constituição do patrimônio cultural da região do Grande ABC. Como ensaio pretendemos apresentar estudos que anunciaram a questão no sentido de demonstrar as análises possíveis acerca do tema para que novas pesquisas sistemáticas ampliem essas reflexões com base em fontes documentais.

A penetração e influência da ideologia nazi-fascista, seus mecanismos de atuação e suas possibilidades de atividades têm sido tema recorrente nos estudos historiográficos desde a década de 1990. Vários pesquisadores do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul publicaram uma infinidade de trabalhos como teses, artigos ou livros voltados para várias dimensões da presença do nazi-fascismo no Brasil. Nesse sentido, nosso interesse em remover essa história, recuperar uma memória deletada e entender o imaginário social dessa comunidade de imigrantes italianos no ABC se explica pelas atuais tendências da historiografia regional e nacional, visto que os interesses sobre o passado surgem dos questionamentos do presente.

Tomamos como exemplo a cidade de São Caetano do Sul, na qual a história oficial local de certa forma exaltou a presença do imigrante italiano como elemento fundador da cidade mas sepultou a memória dos ideários constituintes dessa comunidade. Registrou-se a localização do núcleo colonial e “de seu típico personagem, o imigrante”. Entretanto os italianos que inauguraram o Núcleo de São Caetano não tiveram existência gloriosa, pois “o imprevisível comprometeu e alterou muito depressa o plano original que o governo [federal] tinha para os colonos” (Martins, 2002, p. 144). Esses imprevistos foram os elevados índices de mortalidade registrados nos primeiros anos do núcleo, cujas instalações precárias favoreciam a proliferação de doenças e a recusa de sepultamentos de moradores de São Caetano em territórios das vizinhanças.

Esses fatores de certa forma justificam a estratégia dos imigrantes em criarem associações de “mútuo socorro”, pois os mor-

tos de São Caetano, rejeitados pelo núcleo de São Bernardo, eram sepultados em São Paulo no Cemitério da Consolação, como pobres, cujos atestados de óbito eram fornecidos pelo vigário do Brás. Das necessidades de providências com o funeral e os enterros, nasceram as associações italianas de mútuo socorro em São Caetano do Sul, entre elas a Società di Mutuo Socorro “Principe di Napoli” e a Sociedade Beneficente Internacional União Operária.

A Società di Mutuo Socorro “Principe di Napoli”, fundada em dezembro de 1892, reunia moradores do núcleo colonial de São Caetano em uma associação estritamente masculina que representava dois terços dos chefes de família do local. Com características específicas, alteradas com o passar dos anos, quase todos os seus membros não pertenciam à primeira leva de imigrantes chegados em 28 de julho de 1877. Com algumas exceções, a maior parte dos sócios era de imigrantes mantuanos, da leva de janeiro de 1878. A sociedade tinha missões bem definidas como a concessão de diárias aos sócios que ficassem doentes, pagamentos de medicamentos e funerais bem como o acompanhamento do enterro dos falecidos. Também amparavam os enfermos e se revezavam no cuidado dos doentes cujas famílias não podiam atender. Não era uma associação caritativa, mas um fundo mútuo de natureza cooperativa e previdenciária. As finanças eram bem controladas e os sócios só poderiam receber benefícios após cumprir uma carência estipulada, enquanto a admissão de um novo membro só ocorria após uma declaração de sanidade, expedida pelo médico da própria sociedade (Martins, 2002, p. 196).

Outra dessas organizações de assistência ao colono imigrante na cidade de São Caetano foi a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, fundada em novembro de 1907, com características semelhantes a “Principe di Napoli” no que se referia ao pagamento de diárias aos sócios doentes e impedidos de trabalhar, à cobertura de despesas médicas e farmacêuticas e nos rituais funerários. Era comum os italianos se associarem às duas sociedades, pois a União Operária distinguia-se por admitir sócios de qualquer nacionalidade, mesmo contando com aproximadamente 80% de italianos ou descendentes em seus quadros (Martins, 2002, p. 197).

Esses espaços de “mútuo socorro” eram extremamente significativos para a comunidade italiana local uma vez que, por meio do associativismo, os imigrantes tinham a oportunidade de estabelecer seus elos de identidade cultural e elaborar suas representações sociais e políticas. Dessa forma, não é de se estranhar que a partir da década de 1920, com o advento do fascismo na Europa e o fortalecimento do sentimento nacionalista que, no caso da comunidade italiana recebia a denominação de italianidade, os laços entre as comunidades de imigrantes no estrangeiro e seus países de origem pareciam se estreitar com vínculos que se estabeleceram com as autoridades diplomáticas e consulares. Nesse novo contexto, a Sociedade “Principe de Napoli” “mostrou-se muito mais atenta à questão dos vínculos com figuras italianas que de algum modo, representavam o Estado italiano” e efetivamente passou a se relacionar com representantes do governo de Mussolini. (Martins, 2002, p. 218 e 223).

Atualmente, sabe-se que o governo de Mussolini na Itália

desenvolvia uma intensa propaganda voltada para o exterior, com o intuito de resgatar o sentimento de italianidade dos imigrantes e fazer desse processo um meio para defender o mito da “Grande Itália”. Foi assim que o “Brasil se tornou um território fértil para a concretização dos objetivos econômicos culturais e políticos da Itália fascista, disposta a propagar sua ideologia no país”. Os métodos da propaganda fascista eram indiretos, promovidos a partir de atividades culturais, recreativas, assistenciais e educacionais (Santos, 2001, p. 25) carregadas de conteúdo ideológico expressado por signos que, em seu conjunto, constituíam universos simbólicos relacionados aos ideais doutrinários.

Na criação de suas concepções, o fascismo como ideologia baseou-se no mito da pátria. A nação italiana era “uma realidade complexa, marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses vitais se chocavam com violência. Mussolini fez dela um mito, atribuindo-lhe uma unidade fictícia, idealizada”. Tais contradições resumiam-se, para Mussolini, numa única luta entre a nação e a antinação. Neste contexto, “os trabalhadores eram convidados a ver em seus compatriotas capitalistas não os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional” (Konder, 1991, p. 11-12).

O mito da Grande Itália e a representação constante da pátria e da nação alimentam e exaltam os sentimentos de italianidade, devidamente explorados pela propaganda fascista que encontrou no seio da comunidade de imigrantes um campo fértil para sua disseminação. Entre os italianos da região do ABC

identificamos o apego a esse sentimento a partir das representações do fascismo comunitário e agrário dos seus primórdios, que propriamente de um fascismo “pomposo e urbano de marchas e cortejos”, de forma que, mais que a ideologia política, o fascismo ofereceu aos italianos do exterior um “recurso de uma identidade a quem dela precisasse” (Martins, 2002, p. 225).

A doutrina fascista foi disseminada nos espaços das associações de mútuo socorro como a “Principe di Napoli” ou a União Operária a partir de representações simbólicas como os estandartes que acompanhavam os rituais funerários carregando feixes – o símbolo que dá significado ao *fascio*. Encontram-se aí signos e símbolos que servem ao imaginário, à medida em que se trata da

“faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção... mas que no imaginário o estímulo perceptual é transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes no real.” (Laplatine, Trindade, 1997 p. 24-25)

Todavia, os esforços do governo fascista de Mussolini não surtiram o efeito esperado quanto à adesão dos imigrantes à ideologia política do país de origem, pois sempre houve uma contínua assimilação dos italianos à cultura brasileira. Mesmo assim, é inegável que elementos do ideário fascista se fizeram por representar no imaginário dos núcleos coloniais italianos no Estado de São Paulo e no caso de São Caetano do Sul foram identificados signos e símbolos do fascismo, acionados no interior da comunidade em situações

do cotidiano dos imigrantes e descendentes, como ocorria nos rituais funerários organizados pelas associações de mútuo socorro.

Assim, o fascismo, considerado um dos fenômenos políticos mais significativos do século XX, tem sido o alvo de muitos estudos e de vasta literatura, mesmo que contraditória. “Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo.” (Konder, 1991, p. 4). A essência da ideologia de direita é sempre representada pela existência, concomitante às exigências, de forças sociais determinadas a conservar os privilégios adquiridos, mantendo o sistema sócio-econômico que lhes garante benefícios.

É possível considerar a ideologia em algumas circunstâncias como complemento ao imaginário, vista com uma representação deturpada de algo, isto é, por meio da aparência oculta-se o verdadeiro significado ou propósito de uma ação. Segundo Marilena Chauí, a ideologia pode ser como uma fábrica de “história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenações do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-lo” (Chauí, 1980, p. 120-125). É nesse sentido que se fazem necessárias pesquisas sistemáticas que identifiquem as formas como o fascismo como ideologia se fez representar no imaginário social, político e cultural da comunidade italiana no Grande ABC entre os anos de 1930 e 1940 e, recuperadas tais formas, possam constituir o patrimônio cultural

da região de modo a recontar uma história a partir de uma memória resgatada.

Se o real é a representação que imputamos à realidade, então ele existe a partir de idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida. Considerando cada um desses elementos em separado, retemos que as idéias podem ser definidas como “representações mentais de coisas concretas ou abstratas”, e que tais representações não necessariamente são expressas em símbolos, mas podem ser sinais ou signos de referência. Os signos ou sinais, em linguagem coloquial, podem ser explicados como “atalhos” ou pontos de referência que estabelecem uma ligação com um fato, lembrança ou conhecimento de determinado objeto (Laplatine, Trindade, 1997, p. 13).

A imagem do *Duce* exercia forte influência sobre os italianos do exterior que o viam muito mais como um pai, forte e autoritário, a quem deveriam obedecer sem discutir, que propriamente como um chefe de Estado. Seus discursos normalmente eram publicados pela imprensa das colônias italianas, incrementando a propaganda fascista que exaltava a italianidade dos imigrantes:

“A defesa do nacionalismo e a idéia de que a Itália desfrutava de enorme prestígio internacional conduziram a comunidade italiana no Brasil a admirar o regime fascista, apesar de conhecer muito pouco o governo de Mussolini.” (Santos, 2001, p. 45)

O Conde Francesco Matarazzo, por exemplo, não escondia suas simpatias pelo fascismo, tendo colaborado financeiramente ao doar vultosas quantias ao governo fascista, além de ter recebido do próprio *Duce*, em 1926, o título

hereditário de conde, obtido desde 1917 do Rei da Itália pelos serviços prestados durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo citação de José de Souza Martins, o Conde Matarazzo se dizia abertamente um “grande admirador de Mussolini”, convencido do ardente patriotismo e da forte sinceridade do líder político na condução do engrandecimento da Itália, pois, alegava que “quem conheceu a Itália dos primeiros tempos do pós-guerra e a visita hoje, não [poderia] deixar de admirar este homem formidável” (Martins, 1974, p. 66). Nesse sentido, a idéia de pátria e a figura do líder passavam a representar uma única imagem: a da terra natal deixada na Europa, mas que estava representada no cotidiano de cada italiano do exterior a partir da sua admiração, exaltação e reconhecimento desses elementos simbólicos, acionados no imaginário social da comunidade de imigrantes.

Até 1938, o Brasil era um terreno propício à difusão das idéias nazi-fascistas – tanto italianas, como alemãs. Mas com a instauração do Estado Novo, ditadura implantada por Getúlio Vargas em 1937, um novo quadro foi desenhado no cenário nacional. Uma certa liberdade de ação política de diferentes ideologias foi questionada oficialmente pelo regime, possibilitando o estabelecimento de uma repressão política intensa e violenta (Perazzo, 1999, p. 33).

Ao romper relações diplomáticas com os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), em janeiro de 1942, o governo brasileiro posicionava-se definitivamente contra a ideologia nazi-fascista e, no intuito de ratificar seu alinhamento com os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e URSS) identificados pelos países de regime democrático-liberal (à exceção da URSS), acionou um sofisticado

aparato policial-repressivo contra italianos, alemães e japoneses de forma geral.

Violenta repressão recaiu sobre essas comunidades de imigrantes, como o caso do núcleo colonial formado por italianos em São Caetano do Sul. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) ordenou a suspensão das publicações e divulgação de periódicos dos países considerados inimigos efetivando uma política nacional contra as diversas formas de representação simbólica dos estrangeiros do Eixo. O Decreto-lei nº 4.146, de março de 1942, determinou a confiscação de bens de italianos, alemães e japoneses, alegando-se indenizações de guerra no sentido de compensar os prejuízos obtidos com afundamentos de navios brasileiros, provocando uma retração da identificação do imigrante com seu país de origem.

Impedidos de falar de seu país de origem, fosse nos espaços comunitários ou na intimidade de seus lares, iniciou-se um processo de confinamento social do imigrante, atingindo suas formas tradicionais de preservação cultural e transmissão de valores sócio-culturais aos seus descendentes, recriando os laços de identidade coletiva. Por fim, proibidos de qualquer prática de natureza política pelo Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, deletaram de seus espaços reais de vivência e sobrevivência as representações políticas expressadas por signos do fascismo.

Diante dessa nova realidade político-social e internacional, os italianos que estavam no Brasil passaram a ser vistos como inimigos em potencial e identificados como “súditos do Eixo” de forma generalizada, independentemente de serem filiados ou não ao *Fascio*, meros simpatizantes do governo de Mussolini, in-

diferentes às causas do governo italiano ou, mesmo, anti-fascistas declarados. “Além de uma série de restrições legais, a comunidade italiana sofreu intensa vigilância policial, vivenciando prisões arbitrárias e, muitas vezes, acusações infundadas” (Santos, 2001, p. 18).

Nesse contexto da década de 1940, o universo simbólico que representava a Grande Itália, acionando signos da ideologia fascista no imaginário social da comunidade italiana, foi reprimido pela polícia política de Vargas, impulsionando os próprios sujeitos históricos a esconderem ou a esquecerem suas representações, criando, desde então, novos signos de identidade cultural que sufocassem a história e memória fascista da comunidade, no sentido de garantir a própria sobrevivência e, mesmo, a existência do grupo social.

O período da guerra foi, também em São Caetano do Sul, um “tempo de medo”. Mães temiam que seus filhos fossem convocados para lutarem na Europa, o que não era um temor infundado pois milhares de jovens de todo o Brasil, muitos descendentes de italianos, foram enviados aos campos de batalha. Mas havia uma justificativa ainda maior para tanto medo:

“... lares italianos eram invadidos pela polícia, que agia com truculência proposital para atemorizar as pessoas, em busca de armas, cuja posse estava proibida. Italianos, japoneses e alemães eram chamados pela polícia de ‘quintas-colunas’, como se fossem traidores da terra que os acolheu.” (Loduca, 1999, p. 94)

O medo imposto pela repressão foi um agente da extirpação da memória dos italianos que viveram os anos de 1930 e 1940

na região do Grande ABC. Em busca da sobrevivência, esse grupo não apenas deletou parte de sua memória como relegou ao esquecimento um universo simbólico que, por determinado tempo, representou seus sentimentos, sua organização social e cultural e, até mesmo, suas crenças políticas. Por medo, ainda hoje, muitos descendentes temem contar essa história. Temem serem considerados fascistas. Contudo, ao relegarmos esse episódio da história ao esquecimento, destruímos um patrimônio cultural de uma comunidade de imigrantes que pouco endossou uma política ideológica fascista nos moldes reais de sua existência na Europa ou, ao menos, na Itália. O patrimônio que deve ser preservado, pois atualmente é ameaçado pelo esquecimento, diz respeito a todo um universo simbólico que constitui o imaginário social de uma comunidade e desde então se apresenta como real na constituição de seus valores e de sua identidade.

Essas são as reflexões iniciais acerca de um tema que demanda uma investigação mais aprofundada. Nesse sentido, as pesquisas do Laboratório de Regionalidade e Gestão, integradas aos programas de pós-graduação e iniciação científica do IMES – Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul, vêm se preocupando em promover estudos que relevem os aspectos do imaginário do ABC e de suas representações políticas, culturais ou sociais, no sentido de incentivar a preservação do patrimônio cultural da região, na dimensão dos elementos não-tangíveis da cultura como as mentalidades e o imaginário, para que o nosso patrimônio local possa ser recuperado e deixar de estar ameaçado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

KLINK, J. J. **A cidade-região**. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LAPLATINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LODUCA, W. **São Caetano**. De várzeas alagadiças a "príncipe dos municípios". São Paulo/ São Caetano do Sul: Hucitec/ Fundação Pró-Memória - Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1999.

MARTINS, J. S. **Subúrbio**. Vida Cotidiana e História no subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unesp, 2002.

_____. **Conde Matarazzo**: o empresário e a empresa. São Paulo: Hucitec, 1974.

PERAZZO, P. F. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 1999 (Coleção Teses & Monografias vol. 1).

SANTOS, V. T. **Os seguidores do Duce**: os italianos fascistas no Estado de São Paulo. Módulo V - Italianos. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Inventário DEOPS).



INPES
Instituto de Pesquisa

O INPES é um órgão do IMES - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, que opera no mercado há 15 anos, em empresas e entidades do setor público e privado, oferecendo serviços nas áreas de:

- pesquisas qualitativas e quantitativas;
- treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
- projeto de consultoria administrativa, econômica, financeira, comércio internacional e sistema de informática.

Informações e consultas poderão ser feitas pelo telefone: (011) 4239-3258 - fax: (011) 4239-3268 - inpes@imes.edu.br
Rua Conselheiro Lafaiete, 1.111 - São Caetano do Sul